



## REQUERIMENTO Nº /2025

(Do Sr. RICARDO AYRES)

Requer, com base nos termos regimentais, a apensação do Projeto de Lei nº 3.916/2023 ao Projeto de Lei nº 3.914/2023, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a apensação do Projeto de Lei nº 3.916/2023 de autoria do Deputado Ricardo Ayres que “Estabelece diretrizes para a proteção patrimonial de crianças e adolescentes que desenvolvam trabalho cultural, artístico ou esportivo” ao Projeto de Lei nº 3.914/2023 que “Acrescenta o artigo 244-C à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para instituir o crime de violência patrimonial contra a criança e o adolescente.”, de autoria da Deputada Silvyne Alves (UNIÃO/GO), por tratarem de matérias correlatas e se encontrarem em fase em que se permite apensação, nos termos regimentais.

### JUSTIFICATIVA

O Deputado Federal Ricardo Ayres apresentou o projeto de Lei nº 3.916/2023 que estabelece diretrizes para a proteção patrimonial de crianças e adolescentes que desenvolvam trabalho cultural, artístico ou esportivo. Na mesma linha de atuação, a ilustre Deputada Federal Silvyne Alves, apresentou o Projeto de Lei nº 3.914/2023 que acrescenta o artigo 244-C à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para instituir o crime de violência patrimonial contra a criança e o adolescente.

Como é possível observar ambos tratam acerca da inclusão de novos dispositivos que possam garantir medidas a integridade dos bens e





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

rendimentos de crianças e adolescentes no contexto de atividades artísticas, abordando aspectos complementares da mesma temática.

Diante disso, o art. 142 do RICD estabelece que, estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata, é lícito promover sua tramitação conjunta, mediante requerimento de qualquer Comissão ou Deputado ao Presidente da Câmara, observando-se que se considera um só o parecer da Comissão sobre as proposições apensadas (caput e inciso II).

Além disso, pelo que dispõe o parágrafo único do art. 142 do RICD, a tramitação conjunta só será deferida se solicitada antes de a matéria entrar na Ordem do Dia.

Desse modo, com o objetivo de se obter maior agilidade e economicidade do processo legislativo, **requeiro que se apense o Projeto de Lei nº 3.916/2023, do Deputado Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO), ao Projeto de Lei nº 3.914/2023, da Deputada Silvyne Alves (UNIÃO/GO), por tratarem de matérias correlatas e se encontrarem em fase em que se permite a apensação, nos termos regimentais.**

Deputado Federal RICARDO AYRES  
(REPUBLICANOS/TO)

